

GUIA PRÁTICO SUBSÍDIO PARENTAL

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Guia Prático – Subsídio Parental
(3010 – v1.30)

PROPRIEDADE

Instituto da Segurança Social, I.P.

AUTOR

Departamento de Prestações e Contribuições

PAGINAÇÃO

Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente

CONTACTOS

Linha Segurança Social: 300 502 502 | 210545 400, dias úteis das 9h00 às 18h00

Site: www.seg-social.pt, consulte a Segurança Social Direta.

DATA DE PUBLICAÇÃO

21 de maio de 2021

ÍNDICE

A – O que é?	4
O que é o subsídio parental inicial?	4
O que é o subsídio parental inicial exclusivo da mãe?	6
O que é o subsídio parental inicial exclusivo do pai?	6
Licença de vinte dias úteis obrigatórios.....	6
Licença de cinco dias úteis facultativos.....	7
O que é o subsídio parental inicial de um progenitor em caso de impossibilidade do outro? ...	7
B1 – Quem tem direito?	8
Quem tem direito ao subsídio parental inicial	8
Quem não tem direito ao subsídio parental inicial.	8
Quais as condições necessárias para ter acesso ao subsídio parental inicial.	9
Qual é o prazo de garantia?	9
Condição geral de pagamento de prestações aplicável a trabalhadores independentes e a beneficiários do seguro social voluntário	10
B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?	11
Não pode acumular com:	11
Pode acumular com:.....	11
C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?.....	11
Onde se pede?	12
Até quando se pode pedir?	12
Formulários	12
Documentos necessários	13
D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?	14
Quanto se recebe?	14
Como se calcula o valor do subsídio parental inicial.....	15
Durante quanto tempo se recebe?	15
A partir de quando se tem direito a receber?	16
D2 – Como posso receber?	17
D3 – Quais as minhas obrigações?	18
D4 – Por que razões termina?	18
O pagamento do subsídio parental inicial é interrompido se.....	19
O subsídio parental inicial termina definitivamente se... ..	19
E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável.....	19
E2 – Glossário	20
Perguntas Frequentes.....	21

A informação contida neste guia prático não dispensa a consulta da lei.

A – O que é?

O subsídio parental é um valor em dinheiro que é pago ao pai ou mãe que estão de licença (podem faltar ao trabalho) por nascimento de filho e destina-se a substituir os rendimentos de trabalho perdidos durante o período de licença. **O Subsídio Parental** tem as seguintes modalidades:

- **Subsídio parental inicial;**
- **Subsídio parental inicial exclusivo da mãe;**
- **Subsídio parental inicial exclusivo do pai;**
- **Subsídio parental inicial de um progenitor em caso de impossibilidade do outro.**

Atenção: As questões sobre o direito às licenças, faltas ou dispensas são do âmbito laboral, pelo que, em caso de dúvida, devem ser esclarecidas pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e não pelos serviços de Segurança Social.

O reconhecimento do direito aos subsídios previstos no regime de proteção na parentalidade tem como pressuposto o direito e gozo das respetivas licenças, faltas ou dispensas previstas e reguladas no Código do Trabalho.

O que é o subsídio parental inicial?

O subsídio parental inicial é um apoio em dinheiro concedido por um período de até 120 ou 150 dias consecutivos, conforme opção dos pais.

Nota: O período entre os 120 e os 150 dias, que corresponde a 30 dias, pode ser gozado em simultâneo pelos progenitores. No entanto, o gozo simultâneo destes 30 dias tem subjacente a partilha da licença, pelo que, no máximo, cada progenitor só goza 15 dias. Ou seja, 30 dias a dividir por dois dá 15 dias a cada um, pelo que o período total da licença mantém-se igual, mas acaba mais cedo se se verificar o gozo simultâneo. (Ver exemplos de como pode ser gozado em simultâneo o período entre os 120 e 150 dias da licença parental inicial nas **Perguntas Frequentes**).

Acréscimo por partilha da licença parental inicial

No caso de os pais optarem por partilhar a licença parental inicial e cada um goze, em exclusivo, isto é, sem ser ao mesmo tempo, um período de 30 dias consecutivos ou dois períodos de 15 dias consecutivos após as seis semanas obrigatórias da mãe, o período de licença de 120 ou 150 dias e respetivo subsídio, consoante a opção, é acrescido de 30 dias, não havendo lugar ao referido acréscimo nas situações em que a criança nasce sem vida (nado-morto).

A partilha da licença nos termos referidos determina que a licença de 120 dias fica com a duração de 150 dias e a de 150 dias com a duração de 180 dias.

Nota: No caso de licença parental de 150 dias com acréscimo de 30 dias (opção de 150+30), se os pais pretenderem gozar **em simultâneo** o período entre os 120 e 150 dias, os 30 dias de acréscimo devem ser gozados a seguir ao termo da licença gozada em simultâneo.

O acréscimo de 30 dias pode ser gozado apenas por um dos pais ou partilhado por ambos.

Nada impede que a partilha possa ser efetuada do seguinte modo: a mãe goza o período inicial normal da licença (120 ou 150 dias) e o pai goza imediatamente a seguir os 30 dias de acréscimo.

Obs: (Ver exemplos de acréscimo de 30 dias nas **Perguntas Frequentes**)

No caso de nascimentos múltiplos, o período de licença é acrescido de 30 dias por cada gémeo além do primeiro (apenas no caso de nados-vivos).

Nos casos de partilha da licença parental inicial, o pai e a mãe, que sejam trabalhadores por conta de outrem (a contrato), devem informar os respetivos empregadores através de declaração conjunta, até 7 dias após o parto, do início e termo dos períodos a gozar por cada um, devendo o requerimento dos subsídios mencionar os períodos a gozar ou gozados tal como foram comunicados aos empregadores.

Se, após o requerimento dos subsídios, houver alteração dos períodos das licenças, deve ser feito novo requerimento ao centro distrital de Segurança Social com os novos períodos das licenças, o que pode determinar valores diferentes nos subsídios já concedidos e referentes ao requerimento anterior.

Se a licença parental inicial não for partilhada, e sem que a mãe perca o direito ao gozo (obrigatório) de seis semanas, o subsídio parental inicial pode ser concedido ao pai, caso este o requeira, e desde que a mãe trabalhe e não tenha requerido o referido subsídio.

Acréscimo à licença parental inicial por internamento da criança*

No caso de internamento hospitalar da criança imediatamente após o período recomendado de internamento pós-parto, aos períodos de licença parental escolhidos pelos progenitores, acresce o período de internamento, com o limite máximo de 30 dias.

Exemplo: Uma criança nasceu em 02-04-2020 e a mãe iniciou o gozo da respetiva licença parental inicial a partir da data do parto, ou seja, em 02-04-2020.

A mãe teve alta no dia 04-04-2020, mas a criança teve de ficar internada até 17-04-2020 (15 dias).

Caso o período de licença parental inicial escolhido pelos pais tenha sido de 120 dias (sem partilha), a este período soma-se mais 15 dias correspondentes ao internamento da criança, ou seja, a licença parental inicial terá uma duração de 135 dias (02-04-2020 a 14-08-2020).

* **Este acréscimo entrou em vigor a 1 de abril.**

Acréscimo à licença parental inicial por prematuridade (nascimento de um prematuro) *

Nas situações em que o parto ocorra até às **33 semanas de gestação inclusive**¹, isto é, até à data em que se completam as 33 semanas de gestação, aos períodos de licença de 120, 150 dias, ou nos casos de acréscimo de 30 dias por licença partilhada (120 + 30 ou 150 + 30) assim como, nas situações em que haja acréscimo de 30 dias por nascimentos múltiplos, acresce todo o período de internamento da criança, bem como 30 dias após alta hospitalar.

Exemplo: Uma criança nasceu prematuramente em 01-04-2020 às 32 semanas de gestação.

Por recomendação médica teve de ficar internada até 10-05-2020.

Caso o período de licença parental inicial escolhido pelos pais tenha sido de 150 dias (sem partilha), a este período soma-se todo o período de internamento da criança (40 dias) mais 30 dias após alta hospitalar), ou seja, nesta situação, a licença parental inicial terá uma duração de 220 dias (01-04-2020 a 06-11-2020).

Nota¹: A idade gestacional é expressa em dias e semanas.

A data do parto é que irá determinar o número de semanas completas da criança à nascença e se há lugar ou não, ao respetivo acréscimo à licença parental inicial por prematuridade.

Exemplo 1: uma criança nasceu a 15/5/2020, sexta-feira.

Na data do parto tinha 32 semanas e 4 dias.

Como nasceu antes das 33 semanas é considerado um prematuro, havendo por isso, lugar ao respetivo acréscimo à licença parental inicial.

Exemplo 2: uma criança nasceu a 2/6/2020, terça-feira.

Na data do parto, completava, exatamente, 33 semanas.

Neste caso, como a criança ainda nasceu na 33.^a semana, considera-se um prematuro, havendo por isso, lugar ao respetivo acréscimo à licença parental inicial.

Exemplo 3: uma criança nasceu a 11/6/2020, quinta-feira.

Na data do parto, tinha 33 semanas e 1 dia.

Neste caso, quando nasceu, como já tinha mais de 33 semanas não é considerado um prematuro, não havendo por isso, lugar ao respetivo acréscimo à licença parental inicial por prematuridade.

* **Este acréscimo entrou em vigor a 1 de abril.**

O que é o subsídio parental inicial exclusivo da mãe?

O subsídio parental inicial exclusivo da mãe é um apoio em dinheiro concedido à mãe por um período **facultativo** até 30 dias antes do parto e seis semanas **obrigatórias** (42 dias) após o parto.

Nota: Tanto os 30 dias **facultativos** como as seis semanas **obrigatórias** estão incluídos no período de concessão correspondente ao subsídio parental inicial de 120 ou 150 dias, consoante a opção.

O que é o subsídio parental inicial exclusivo do pai?

É um apoio em dinheiro dado ao pai que está de:

Licença de vinte * dias úteis obrigatórios

O pai tem direito a vinte dias úteis *obrigatórios* de licença após o nascimento do filho. Os primeiros cinco dias são seguidos e gozados imediatamente a seguir ao nascimento e os outros

quinze dias têm que ser gozados nas seis semanas (42 dias) * após o nascimento, podendo ser seguidos ou não.

E

Licença de cinco* dias úteis facultativos

O pai, se quiser, tem direito a mais cinco dias úteis, seguidos ou não, devendo gozá-los em simultâneo com a licença parental inicial da mãe.

Obs. 1

Nas situações em que a mãe não é trabalhadora e o pai seja trabalhador por conta de outrem (a contrato) e solicite o subsídio parental inicial exclusivo do pai correspondente a 5 dias facultativos, a segurança social atribui o respetivo subsídio desde que esteja cumprido o prazo de garantia e no pressuposto de que a entidade empregadora não se opôs ao gozo da licença e que a mesma foi gozada.

Obs. 2

No caso de nascimento de gémeos, o pai tem direito, por cada gémeo além do primeiro, a mais dois dias que acrescem aos 20 dias obrigatórios e mais dois dias que acrescem aos 5 dias facultativos, os quais têm que ser gozados imediatamente após os referidos períodos.

Obs.3

No caso de a criança nascer sem vida (nado-morto), o pai não tem direito ao subsídio referente a cinco dias úteis facultativos nem ao acréscimo de mais dois dias relativamente ao período de vinte dias de gozo obrigatório se se tratar de gémeo que nasça sem vida.

*** Esta licença entrou em vigor a 1 de abril.**

O que é o subsídio parental inicial de um progenitor em caso de impossibilidade do outro?

É um subsídio que corresponde ao período de tempo de licença parental inicial da mãe ou do pai que não foi gozado por um deles devido a:

- Incapacidade física ou mental, medicamente certificada, enquanto esta se mantiver;
- Morte.

Obs. O subsídio parental inicial de um progenitor em caso de impossibilidade do outro só pode ser concedido nas situações em que a criança nasce com vida (nado-vivo)

Subsídio por parto fora da ilha de residência *

É um apoio em dinheiro dado à mulher grávida que, por indisponibilidade ou inexistência de recursos técnicos e humanos, necessite de se deslocar a unidade hospitalar localizada fora da sua ilha de

residência, durante o período de tempo que for considerado necessário e adequado, para realização do parto.

* **Esta licença entrou em vigor a 1 de abril.**

B1 – Quem tem direito?

Quem tem direito ao subsídio parental inicial

Quem não tem direito ao subsídio parental inicial

Quais as condições necessárias para ter acesso ao subsídio parental inicial

Qual é o prazo de garantia

Condição geral de pagamento de prestações aplicável a trabalhadores independentes e a beneficiários do seguro social voluntário

Quem tem direito ao subsídio parental inicial

- Trabalhadores por conta de outrem (a contrato) a descontarem para a Segurança Social, incluindo os trabalhadores do serviço doméstico,
Obs: No caso de haver suspensão ou cessação do contrato, pode haver lugar à proteção na parentalidade desde que não tenham decorrido mais de 6 meses seguidos sem descontos entre a data da suspensão ou cessação do contrato e a data do evento.
- Trabalhadores independentes (a recibos verdes ou empresários em nome individual) a descontarem para a Segurança Social.
- Beneficiários do **Seguro Social Voluntário** que:
 - Trabalhem em navios de empresas estrangeiras ou
 - Sejam bolsseiros de investigação.
- Quem estiver a receber prestações de desemprego (subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego, subsídio por cessação de atividade para trabalhadores independentes economicamente dependentes, subsídio por cessação de atividade para empresários e para membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas) cujo pagamento se suspende durante o tempo em que estiver a receber subsídio parental).
- Quem estiver a receber **Pensão de Invalidez Relativa, Pensão de Velhice** ou **Pensão de Sobrevivência** e a trabalhar e a fazer descontos para a Segurança Social.
- Trabalhadores na pré-reforma, em situação de redução de prestação de trabalho.
- Trabalhadores no domicílio.

Quem não tem direito ao subsídio parental inicial.

- O pai ou a mãe na situação de pré-reforma que não trabalhem (suspensão total de atividade).
- Os pensionistas de invalidez, velhice ou sobrevivência que não trabalhem nem descontem para a Segurança Social.
- Trabalhadores em regime de contrato de trabalho de muito curta duração.

Quais as condições necessárias para ter acesso ao subsídio parental inicial.

- Pedir o subsídio dentro do prazo, ou seja, nos 6 meses a contar do primeiro dia em que não trabalhou. Caso o subsídio seja pedido fora deste prazo, mas dentro do período em que ainda há direito a receber subsídio, é descontado o período de atraso.
- Cumprir o **prazo de garantia**.
- Estar a gozar ou ter gozado a respectiva licença parental.

Qual é o prazo de garantia?

Para ter direito ao subsídio parental inicial, no dia em que deixa de trabalhar por nascimento de filho tem de ter trabalhado e descontado durante **seis meses (seguidos ou não)** para a Segurança Social ou outro sistema de proteção social, nacional ou estrangeiro, desde que não se sobreponham, que assegure um subsídio nestes casos (ver em **E2** lista de países, cujos regimes obrigatórios de Segurança Social permitem que os períodos de descontos efetuados nesses países sejam considerados para efeitos de prazo de garantia).

Para completar este prazo de 6 meses é contado, se for necessário, o mês em que inicia a licença desde que tenha trabalhado e descontado pelo menos um dia nesse mesmo mês.

Nota: Nas situações em que os meses de descontos não são seguidos, não pode haver um período igual ou superior a 6 meses sem descontos. Caso ocorra um período igual ou superior a 6 meses sem descontos, o beneficiário tem que cumprir novo prazo de garantia que começa a contar-se a partir do mês em que há novo registo de remunerações.

Exemplo1:

Um beneficiário começou a descontar em outubro de 2018.

No dia 10 de março de 2019, iniciou a licença parental por nascimento de um filho, tendo entrado descontos na Segurança Social até 09-03-2019.

Como na data do nascimento do filho não tinha 6 meses de descontos, o mês de março vai ser considerado para completar o prazo de garantia apesar de não ter trabalhado o mês todo.

Exemplo 2:

Uma beneficiária esteve a trabalhar em França de janeiro até maio de 2019 e começou a descontar para a Segurança Social portuguesa em agosto de 2019.

No dia 1 de novembro de 2019 iniciou a licença parental por nascimento de um filho, tendo entrado descontos na Segurança Social até 31-10-2019.

À data do parto, em 01-11-2019, a beneficiária não tinha 6 meses de descontos para prazo de garantia, mas como tinha estado a trabalhar em França e efetuado descontos para a Segurança Social francesa até maio de 2019, o período de descontos efetuado naquele país vai ser considerado para efeitos de prazo de garantia.

NOTA: Quem não cumpre o *prazo de garantia* de 6 meses, pode ter direito ao **Subsídio Social Parental Inicial** se satisfizer a condição de recursos.

Qual o prazo de garantia para o subsídio parental inicial exclusivo da mãe após o parto e subsídio parental inicial exclusivo do pai (20 dias úteis obrigatórios após o nascimento do filho) *

Para ter direito ao subsídio **parental inicial exclusivo da mãe** (seis semanas obrigatórias após o parto) ou subsídio **parental inicial exclusivo do pai** (20 dias úteis obrigatórios após o nascimento do filho), basta ter trabalhado e descontado em pelo menos **um** dos seis meses imediatamente anteriores ao dia em que deixa de trabalhar por nascimento de filho.

Se for necessário, é contado o mês em que inicia a licença desde que tenha trabalhado e descontado pelo menos um dia nesse mesmo mês.

Nota: No caso dos cinco dias facultativos, relativos ao subsídio parental inicial exclusivo do pai, só tem direito ao subsídio quem trabalhou e descontou durante seis meses (seguidos ou não, não podendo haver um período de interrupção de descontos superior a 6 meses) para a Segurança Social ou outro sistema de proteção social que lhe assegure um subsídio nestes casos.

Para este prazo, conta, se for necessário, o mês em que o ocorre o impedimento para o trabalho, desde que tenha trabalhado e descontado pelo menos um dia nesse mesmo mês.

*** Esta condição entrou em vigor a a 1 de abril.**

Condição geral de pagamento de prestações aplicável a trabalhadores independentes e a beneficiários do seguro social voluntário

Os trabalhadores independentes (a recibos verdes ou empresários em nome individual) e os beneficiários do seguro social voluntário devem ter a situação contributiva regularizada até ao fim do terceiro mês imediatamente anterior ao mês em que deixam de trabalhar para gozo da licença parental.

A situação contributiva irregular determina a suspensão do pagamento do subsídio parental a partir da data em que o mesmo é devido. Porém, o beneficiário readquire o direito ao subsídio desde que regularize a situação contributiva nos 3 meses subsequentes ao mês em que tenha ocorrido a suspensão.

Se a situação contributiva não for regularizada no referido prazo, o beneficiário perde o direito às prestações suspensas.

Caso a situação contributiva seja regularizada fora do prazo, mas dentro do período de concessão do subsídio, retoma o direito ao subsídio a partir do dia seguinte àquele em que ocorra a regularização da situação contributiva.

B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?

Não pode acumular com...

Pode acumular com...

Não pode acumular com:

- Prestações de desemprego (Subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego, subsídio por cessação de atividade para trabalhadores independentes economicamente dependentes, subsídio por cessação de atividade para empresários e para membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas) (ver nota 1);
- Rendimentos de trabalho
- Subsídio de doença.
- Prestações concedidas no âmbito do subsistema de solidariedade, exceto rendimento social de inserção e complemento solidário para idosos.

Nota 1: Se estiver a receber prestações de desemprego, o pagamento destas fica suspenso enquanto estiver a receber subsídio parental inicial, devendo comunicar ao centro de emprego, no prazo de 5 dias úteis, o início e o fim do período de concessão do subsídio parental inicial, de modo a ficar dispensado do cumprimento dos deveres para com o centro de emprego.

Nota 2: Nos agregados em que um dos pais recebe prestações de desemprego e o outro é trabalhador têm direito a partilhar o subsídio parental inicial, incluindo o acréscimo de 30 dias.

Pode acumular com:

- Pensão de invalidez relativa (desde que esteja a trabalhar e a descontar para a Segurança Social).
- Pensão de velhice (desde que esteja a trabalhar e a descontar para a Segurança Social)
- Pensão de sobrevivência, (desde que esteja a trabalhar e a descontar para a Segurança Social).
- Pensões ou indemnizações por acidente de trabalho ou doença profissional
- Rendimento social de inserção.
- Pré-reforma com suspensão do contrato de trabalho, desde que também se verifique exercício de atividade com descontos para a segurança social.
- Complemento Solidário para Idosos.

C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?

Onde se pede?

Até quando se pode pedir?

Formulários.

Documentos necessários.

Onde se pede?

- **Online** através da Segurança social Direta, em <https://www.seg-social.pt/consultas/ssdireta/>
 - i) Esta nova funcionalidade da Segurança Social Direta, apenas permite registar períodos pré-definidos de 120 ou 150 dias para a mãe e acréscimos de 30 dias para o pai, além dos períodos exclusivos do pai. Se desejar gozar outro(s) período(s) deverá preencher o modelo de requerimento e apresentar o mesmo a um serviço de atendimento da Segurança Social.
 - ii) Ao solicitar o subsídio através deste serviço, deve preencher o formulário online e submeter os meios de prova necessários conforme indicado durante o processo de registo eletrónico.
- Serviços de atendimento da Segurança Social.
- Por correio, para o Centro Distrital da área da residência do beneficiário

Até quando se pode pedir?

- No prazo de 6 meses a contar do primeiro dia em já não trabalhou. Se não pedir dentro deste prazo, mas entregar o requerimento durante o período legal de concessão do subsídio, o tempo que passou além dos seis meses será descontado no período de concessão da prestação.

Formulários

- Modelo [RP5049-DGSS](#) – Requerimento de Subsídio Parental
- Modelo [RP5049/1-DGSS](#) Requerimento de Subsídio Parental
 - Modelo [RP5049/2-DGSS](#) (folha anexa) – Informações e Instruções de Preenchimento.
- [Modelo RP5051-DGSS](#) – Requerimento de Subsídio por Risco Clínico durante a Gravidez, por Deslocação a Unidade Hospitalar Localizada fora da Ilha de Residência da Grávida para Realização do Parto, por Interrupção da Gravidez e por Riscos Específicos.
- [Modelo RP5092-DGSS](#) – Requerimento de Subsídio Específico por Internamento Hospitalar do Recém-Nascido e Subsídio Parental Alargado.
- [Modelo RP5092/1-DGSS](#) – Requerimento de Subsídio Específico por Internamento Hospitalar do Recém-Nascido e Subsídio Parental Alargado (folha de continuação).
- [Modelo RP5092/2-DGSS](#) – Requerimento de Subsídio Específico por Internamento Hospitalar do Recém-Nascido e Subsídio Parental Alargado (folha anexa) – Informações e Instruções de Preenchimento
- Modelo [RP5003-DGSS](#) – Requerimento das prestações compensatórias de subsídio de Natal e férias.

Nota: Os trabalhadores independentes (a recibos verdes ou empresários em nome individual), não têm direito às prestações compensatórias dos subsídios de Natal e de férias.

Obs: Estes Formulários/Modelos encontram-se disponíveis em <http://www.seg-social.pt/> no menu “Documentos e Formulários”. Deverá selecionar **Formulários** e no campo **Pesquisar** inserir número do formulário ou nome do modelo.

Por exemplo, se pretende aceder ao requerimento de Subsídio Parental, no campo Pesquisa deverá colocar “RP5049-DGSS” ou “Requerimento de Subsídio Parental”.

Documentos necessários

Todas as situações

- Folha de Continuação Modelo RP5049/1-DGSS, no caso do requerente ser o representante legal da pessoa a quem se destina o subsídio;
- Documento da instituição bancária comprovativo do IBAN (Número Internacional de Conta Bancária), no caso de pretender que o pagamento seja efetuado por depósito em conta bancária.

Além destes documentos, deve apresentar também:

Se pedir o subsídio antes do parto

- Declaração médica com a data prevista para o parto. (Pode ser uma declaração do médico do Sistema Nacional de Saúde ou uma declaração de médico particular).

Se pedir o subsídio depois do parto

- Fotocópia de documento de identificação civil da criança ou declaração do médico do estabelecimento ou serviço de saúde comprovativa da data do parto.

No caso de nado-morto

- Nas situações em que a criança nasce sem vida, a declaração hospitalar comprovativa do parto tem de ter a indicação de ser referente a um nado-morto.

Subsídio parental inicial de um progenitor em caso de impossibilidade do outro

- Certificação médica, comprovativa da incapacidade física ou psíquica do outro progenitor, ou certidão de óbito, conforme o caso.
- Fotocópia de documento de identificação civil da criança ou declaração do estabelecimento ou serviço de saúde comprovativa da data do parto, no caso de não ter sido requerido subsídio parental inicial.

Obs. O subsídio parental inicial de um progenitor em caso de impossibilidade do outro só pode ser concedido nas situações em que a criança nasce com vida (nado-vivo).

Acréscimo à licença parental por internamento hospitalar da criança e por prematuridade até às 33 semanas.

- Certificação hospitalar que comprove o período de internamento da criança

Subsídio por necessidade de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida para realização do parto.

- Declaração médica comprovativa de que a grávida, residente nas Regiões Autónomas, necessita de se deslocar a unidade hospitalar fora da sua ilha de residência, por indisponibilidade ou inexistência de recursos técnicos e humanos na sua ilha de residência, com indicação do período considerado necessário e adequado

ATENÇÃO:

Os beneficiários devem ter a morada atualizada.

Caso ainda não tenham cartão do cidadão, devem utilizar:

- Preferencialmente, o Serviço Segurança Social Direta, **em www.seg-social.pt**
- **Ou** o formulário, Modelo MG2-DGSS, o qual pode ser obtido nos serviços de atendimento da Segurança Social ou na Internet em www.seg-social.pt. No menu “Documentos e Formulários”, deverá seleccionar **Formulários** e no campo **Pesquisar** inserir número do formulário ou nome do modelo.

Nota: Os beneficiários portadores do Cartão de Cidadão, devem alterar a morada através da Internet, acedendo ao Portal do Cidadão em <https://www.portaldocidadao.pt/> tendo que registar-se previamente. Este serviço permite que qualquer pessoa maior de idade, efetue simultaneamente e Online, a notificação das entidades junto das quais pretende atualizar a sua morada. Pode também fazê-lo presencialmente, junto de um dos balcões da Rede de Atendimento (Loja do Cidadão e outras entidades emissoras do Cartão de Cidadão).

D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?

Quanto se recebe?

Como se calcula o valor do subsídio parental inicial

Durante quanto tempo se recebe?

A partir de quando se tem direito a receber?

Quanto se recebe?

Situação	Duração da licença	Quanto recebe % da remuneração de referência
Parental Inicial	120 dias	100%
	150 dias	80%
Parental Inicial Partilhada (desde que, após o gozo das 6 semanas pela mãe, tanto o pai como a mãe gozem, cada um e em exclusivo, um período de 30 dias seguidos ou dois períodos de 15 dias seguidos)	150 dias (120 + 30)	100%
	180 dias (150 + 30)	83%

Gémeos	30 dias por cada gémeo, para além do primeiro	100% (qualquer que seja o período de licença)
Parental Inicial Exclusivo do Pai	20 dias úteis obrigatórios 5 dias úteis facultativos	100%
Acréscimo à licença parental inicial por prematuridade (nascimento de um prematuro)	Todo o período de internamento, da criança, assim como, os 30 dias após a alta hospitalar	100%
Acréscimo à licença parental inicial por internamento hospitalar da criança imediatamente após o período de internamento pós-parto	Todo o período de internamento pós-parto, da criança, até ao limite máximo de 30 dias.	100%
Subsídio por parto fora da ilha de residência	Todo o período indicado na prescrição médica	100%

Obs. Caso os beneficiários residam nas Regiões Autónomas os subsídios referidos na tabela acima indicada têm um acréscimo de 2%.

Nota: Nas situações em que a remuneração de referência é muito baixa, a lei estabelece **um limite mínimo** de 11,70€ por dia, igual a 80% de 1/30 do IAS. O valor do IAS é de 438,81€.

Como se calcula o valor do subsídio parental inicial

O que é a remuneração de referência?

É a média de todas as remunerações declaradas à Segurança Social nos primeiros seis meses dos últimos oito meses anteriores ao mês em que começa o impedimento para o trabalho, excluindo os subsídios de férias, de Natal e outros de natureza análoga.

Por exemplo, se iniciou a licença a 7 de abril de 2019, soma as remunerações de agosto de 2018 a janeiro de 2019.

No caso de não ter 6 meses de descontos na Segurança Social e o direito ao subsídio ser reconhecido por terem sido considerados períodos de descontos noutros regimes obrigatórios de Segurança Social, nacionais ou estrangeiros, é feita a média das remunerações declaradas à Segurança Social no período de referência até ao dia anterior ao do início da licença. É então efetuado o seguinte cálculo:

A remuneração de referência é igual ao total das remunerações registadas, excluindo os subsídios de férias, de Natal e outros de natureza análoga, até ao dia anterior ao evento a dividir por 30 vezes o número de meses com remunerações registadas (com descontos), ou seja: $RR = R / (30 \times n)$.

Durante quanto tempo se recebe?

O subsídio parental inicial é concedido por um período até 120 ou 150 dias consecutivos. A cada um destes períodos podem acrescer mais 30 dias por partilha da licença e, em caso de gémeos, mais 30 dias por cada gémeo além do primeiro.

Assim, o período de 150 dias pode corresponder à opção de 150 dias de licença com o subsídio pago a 80% da remuneração de referência (RR) ou à opção de 120+30 dias do acréscimo por partilha da licença com o valor do subsídio a 100% da RR.

O período de 180 dias corresponde à opção de 150+30 dias do acréscimo por partilha da licença com o valor do subsídio a 83% da RR.

Gémeos

Se nascerem gémeos, tem direito a mais 30 dias por cada gémeo, além do primeiro, pagos a 100% da RR.

Nas situações em que um dos gémeos nasce sem vida, não há direito aos 30 dias de acréscimo.

Subsídio Parental de um Progenitor em Caso de Impossibilidade do Outro

É concedido, ao pai ou à mãe, em caso de incapacidade física ou psíquica ou morte do outro, até ao limite do período que falta gozar da licença parental inicial.

- No caso de morte ou incapacidade física ou mental da mãe o subsídio parental inicial a gozar pelo pai tem a duração **mínima** de 30 dias.
- No caso de morte ou incapacidade física ou mental da mãe **não trabalhadora**, nos 120 dias a seguir ao parto, o pai tem direito a gozar os dias que faltam para os 120 dias ou 150 e acréscimos por gémeos se for o caso, consoante a opção do pai, tendo direito a um período mínimo de 30 dias.

Nota: A concessão deste subsídio apenas ocorre em situação de nado vivo.

A partir de quando se tem direito a receber?

A partir do primeiro dia de impedimento para o trabalho.

O primeiro dia de impedimento para o trabalho corresponde:

- Ao dia em que ocorre o parto se nesse dia havia o dever de prestar trabalho e tal não aconteceu, **ou**
- Caso tenha havido prestação de trabalho no dia do parto, ao primeiro dia em que devia prestar trabalho.

Exemplo 1:

O parto ocorreu numa sexta-feira e, nesse dia, já não houve prestação de trabalho.

Neste caso, como no dia em que ocorreu o parto já faltou ao trabalho, a licença parental inicial deve começar na data do parto, pelo que o subsídio parental inicial será pago desde a data do parto que, neste caso corresponde à data de início da licença parental.

Exemplo 2:

O parto ocorreu numa sexta-feira, após ter terminado o período de trabalho.

Neste caso, como trabalhou no dia em que ocorreu o parto, a licença parental inicial deve começar na segunda-feira seguinte se este for o primeiro dia em que não deve trabalhar, pelo que o subsídio parental inicial será pago desde a data em que se inicia a licença parental.

Exemplo 3:

Uma beneficiária trabalha por turnos. O parto ocorreu numa sexta-feira após sair de serviço de turno e também estava escalada para prestar trabalho no sábado e no domingo

Neste caso, como trabalhou no dia em que ocorreu o parto, a licença parental inicial deve começar no sábado uma vez que é o primeiro dia em que não deve trabalhar, pois, caso não tivesse ocorrido o parto, deveria apresentar-se ao serviço, pelo que o subsídio parental inicial será pago desde a data em que se inicia a licença parental.

D2 – Como posso receber?

Pode receber através de:

- Transferência bancária.
- Vale postal (correios)

Como aderir aos Serviços Mínimos Bancários (SMB)

Para maior comodidade e segurança adira ao pagamento dos subsídios por transferência bancária.

O dinheiro entra diretamente na sua conta bancária e fica disponível de imediato.

A Segurança Social garante um pagamento mais rápido, mais seguro, sem atrasos e extravios.

Como aderir ao pagamento por transferência bancária

• Pela Internet, no serviço Segurança Social Direta:

- Aceda ao site da Segurança Social em www.seg-social.pt;
- **Clique** em: “Segurança Social Direta”;
- Digite o **NISS** (Número de Identificação de Segurança Social) e a **Palavra-Chave**;
- No menu “Perfil” “Dados Identificação” **clique** em “Alterar conta bancária”;
- Indique o seu **IBAN**.

A alteração do IBAN é efetuada de imediato no sistema de informação da Segurança Social.

• Preenchendo o Modelo MG2-DGSS.

Este Formulário/Modelo encontra-se disponível para impressão em www.seg-social.pt, no menu “Documentos e Formulários”. Deverá selecionar Formulários e no campo Pesquisa inserir número do formulário (Modelo MG2-DGSS,) ou nome do modelo (Pedido de Alteração de Morada ou de Outros Elementos).

- 1.** Junte um dos seguintes documentos:

- Documento da instituição bancária comprovativo do **IBAN** (Número Internacional de Conta Bancária), onde conste o nome do beneficiário como titular;

ou

- Fotocópia da primeira folha da caderneta bancária.

2. Junte também fotocópia de documento de identificação civil válido do beneficiário (cartão de cidadão, bilhete de identidade, passaporte ou outro documento com fotografia), ou do rogado, se o pedido for assinado por outrem, a rogo do beneficiário

Nota: No caso de IBAN inválido, esta declaração Modelo MG2-DGSS, fica sem efeito. Para o pagamento de Prestações Sociais a que tem direito, será utilizado o meio de pagamento Vale postal (correio).

Envie o formulário e os documentos (IBAN e identificação) pelo correio para o Centro Distrital da sua área de residência ou entregue-os diretamente num dos Serviços de Atendimento da Segurança Social.

Poderá consultar o mapa da rede de serviços de atendimento público em www.seg-social.pt, no menu “A Segurança Social” **clique** <http://www.seg-social.pt/atendimentos> em “serviços de atendimento”.

- **Pode também obter o formulário nos Serviços de Atendimento da Segurança Social.**

Vale postal (correio)

Os vales postais podem ser levantados nos CTT ou depositados em instituições bancárias. Podem também ser endossados (passados ou transmitidos), sendo que só pode existir um endosso em cada vale emitido.

Como aderir aos Serviços Mínimos Bancários (SMB)

Os serviços mínimos bancários são um conjunto de serviços bancários considerados essenciais, aos quais os cidadãos podem aceder a custo reduzido.

Obtenha informação sobre os Serviços Mínimos Bancários junto do balcão ou nos sites das instituições de crédito, ou em <https://clientebancario.bportugal.pt> / www.todoscontam.pt.

D3 – Quais as minhas obrigações?

Tem de avisar a Segurança Social no prazo de **cinco dias úteis** se ocorrer algo que leve à **cessação do subsídio**.

D4 – Por que razões termina?

O pagamento do subsídio parental inicial é interrompido se...

O subsídio parental inicial termina definitivamente quando...

O pagamento do subsídio parental inicial é interrompido se...

- O beneficiário que estiver a gozar a licença parental inicial a suspender por ter adoecido, havendo lugar à suspensão do subsídio parental pelo período em estiver doente, passando a receber subsídio de doença.

Nota 1: O subsídio parental inicial só é suspenso se o facto for comunicado à segurança social e desde que seja apresentada certificação do hospital, devendo também comunicar, previamente, à entidade empregadora.

- O beneficiário que estiver a gozar a licença for internado ou tiver havido internamento hospitalar da criança durante a licença parental inicial, havendo lugar à suspensão do subsídio parental inicial durante o período do internamento

Nota 2: A suspensão da concessão do subsídio parental inicial não se aplica às situações de internamento hospitalar da criança imediatamente após o período recomendado de internamento pós-parto, devido a necessidade de cuidados médicos especiais para a criança assim como, nas situações em que o parto ocorra até às 33 semanas inclusive (nascimento de um prematuro), bem como os 30 dias após a alta hospitalar.

O subsídio parental inicial termina definitivamente se...

- Houver fraude.
- Quem está a receber o subsídio estiver a trabalhar enquanto o recebe.
- A mãe ou o pai optar por regressar ao trabalho antes do final do período de licença a que tinha direito.
- Quem estiver a receber o subsídio morrer (o subsídio termina no dia seguinte).

E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável

No menu **Documentos e Formulários**, seleccionar **Legislação** e no campo pesquisar inserir o **número/ano** do diploma.

Lei n.º 2/2020, de 31 de março

Orçamento do Estado para 2020

Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro

Procede à atualização do valor do indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano de 2020.

Lei n.º 7/2016, de 17 de março

Estabelece um acréscimo específico ao valor dos subsídios no âmbito da protecção social na maternidade, paternidade e adoção auferidos pelos residentes nas regiões autónomas.

Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho, pela Lei n.º 120/2015, de 1 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 53/2018, de 2 julho e pela Lei n.º 90/2019, de 4 de setembro.

Estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade.

Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro

Cria o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), regula a sua atualização bem como a das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social.

Despacho n.º 8847/2001 2ª série, de 27 de abril

Exclui os meses em que há lacuna contributiva por formação profissional durante a concessão das prestações de desemprego, para efeitos de prazo de garantia e cálculo da remuneração de referência.

E2 – Glossário

Pessoas equiparadas a residentes

São considerados equiparados a residentes:

Refugiado e apátrida portador de título de proteção temporária válido.

Estrangeiro portador de título válido de autorização de residência ou de prorrogação de permanência.

Nascituro

Feto; a criança que vai nascer.

Nado-morto

Criança que nasce sem vida.

Prazo de garantia

É o tempo durante o qual o beneficiário tem de ter trabalhado e descontado para a Segurança Social para ter direito a um dado benefício.

Neste caso, só tem direito ao subsídio parental inicial quem trabalhou e descontou durante seis meses (seguidos ou não, não podendo haver um período de interrupção de descontos superior a 6 meses) para a Segurança Social ou outro sistema de proteção social que lhe assegure um subsídio nestes casos.

Para este prazo, conta, se for necessário, o mês em que o ocorre o impedimento para o trabalho, desde que tenha trabalhado e descontado pelo menos um dia nesse mesmo mês.

Países que permitem a totalização dos descontos para efeito de prazo de garantia (União Europeia, Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça):

Alemanha	Áustria	Bélgica	Bulgária
Chipre	Dinamarca	Eslováquia	Eslovénia
Espanha	Estónia	Finlândia	França
Grécia	Hungria	Irlanda	Islândia
Itália	Letónia	Liechtenstein	Lituânia
Luxemburgo	Malta	Noruega	Países Baixos (Holanda)
Polónia	Portugal	Reino Unido	República Checa
Roménia	Suécia	Suíça	

Países que têm acordos ou convenções com Portugal que permitem a totalização dos descontos para efeito de prazo de garantia:

Andorra	Brasil	Cabo Verde	Marrocos
	Austrália	Tunísia	

Remuneração de referência

É o valor que é usado para calcular o valor do subsídio.

Neste caso, é a média de todas as remunerações declaradas à Segurança Social nos primeiros seis meses dos últimos oito meses anteriores ao mês em que começa o impedimento para o trabalho, excluindo os subsídios de férias, de Natal e outros de natureza análoga.

Por exemplo, se iniciou a licença a 7 de abril de 2019, soma as remunerações de agosto de 2018 a janeiro de 2019.

Gestação

A idade gestacional é expressa em dias ou semanas completas e é calculada a partir da data do último período menstrual (DUM)

Perguntas Frequentes

1. Caso os pais queiram, a mãe pode gozar apenas as 6 semanas de Licença Parental Inicial Exclusiva da Mãe e o pai o restante período da licença parental inicial?

R: Sim. O pai pode gozar toda a licença, exceto o período de Licença Exclusiva da Mãe (6 semanas), desde que a mãe seja trabalhadora. Mas, neste caso, não há partilha de Licença Parental Inicial, não havendo lugar ao acréscimo de 30 dias.

2. Se, na data do parto, a mãe não trabalhar mas o pai for trabalhador, quais os subsídios a que a mãe e o pai têm direito?

R: Se à data do parto a mãe não era trabalhadora nem estava abrangida por um regime de segurança social com proteção na parentalidade apenas pode ter direito ao subsídio social parental inicial se satisfizer a condição de recursos.

O pai apenas tem direito ao subsídio parental inicial exclusivo do pai de 20 dias obrigatórios mais 5 dias facultativos.

3. Como deve ser gozada a Licença Parental Inicial para que haja direito ao aumento de 30 dias à licença parental inicial de 120 ou 150 dias?

R: O pai e a mãe têm de partilhar a licença e gozar, cada um e em exclusivo, isto é, sem ser ao mesmo tempo, um período de 30 dias seguidos ou dois períodos de 15 dias seguidos, depois de a mãe ter gozado a Licença Parental Exclusiva de 6 semanas a seguir ao parto.

A Segurança Social também paga o respetivo subsídio nas situações em que a mãe goza o período inicial normal da licença (120 ou 150 dias) e o pai goza imediatamente a seguir os 30 dias de acréscimo.

Nos casos em que ambos os pais estão desempregados e a receberem prestações de desemprego também pode haver lugar ao acréscimo de 30 dias, desde que cada um dos progenitores tenha, em exclusivo, um período de 30 dias consecutivo, ou dois períodos de 15 dias consecutivos, de subsídio parental inicial, após o período de seis semanas após o parto.

Estas situações são tratadas como se fossem trabalhadores.

4. Se o beneficiário for trabalhador independente e a situação contributiva não estiver regularizada e se entretanto a regularizar, continua a não ter direito ao subsídio?

R: A situação contributiva irregular determina a suspensão do pagamento do subsídio a partir da data em que o mesmo é devido. Porém, o beneficiário volta ter direito ao subsídio desde a data em que este foi suspenso, se regularizar a situação contributiva nos 3 meses seguintes ao mês em que tenha ocorrido a suspensão.

Se a situação contributiva não for regularizada no referido prazo, o beneficiário perde o direito às prestações suspensas.

5. Se o beneficiário pedir o subsídio parental inicial pelo período de 120 dias, pode alterar mais tarde para 150 dias?

R: Caso ainda esteja a decorrer a licença e não tenha havido oposição do empregador a esta alteração, deve informar o centro distrital do novo período de licença. Caso esteja a receber prestações de desemprego deve também informar o Centro de Emprego do novo período de duração da licença.

Por exemplo: Uma beneficiária que tenha requerido o subsídio parental inicial pelo período de 120 dias, com terminus a 15 de julho, se pretender gozar os 150 dias, **não pode iniciar atividade profissional ou reiniciar as prestações de desemprego** a 16 de julho e depois voltar a gozar licença parental inicial.

Terá de gozar os 30 dias restantes imediatamente, ou seja, de 16 de julho até 14 de agosto.

6. Pode ser solicitada a alteração do período de 120 para 150 dias depois de gozados os 120 dias e já se ter verificado o retorno à atividade laboral (ou reinício de atribuição de prestações de desemprego)?

R: Não. O subsídio parental inicial é atribuído consecutivamente.

7. Estou grávida. Por minha iniciativa, despedi-me da empresa onde trabalhava, não tendo por isso direito ao respetivo subsídio de desemprego. Quando nascer o meu filho tenho direito ao subsídio parental inicial?

R: Se, entre a data da cessação do contrato e o nascimento da criança, não tiver decorrido um período superior a 6 meses sem descontos, poderá haver lugar à concessão do subsídio parental inicial, desde que esteja cumprido o prazo de garantia.

Caso, não tenha prazo de garantia para acesso ao subsídio parental inicial, pode ter direito ao subsídio social parental inicial se satisfizer a condição de recursos.

8. Terminei o subsídio de desemprego e encontro-me grávida, mas não voltei a trabalhar depois de terminar o subsídio de desemprego. Quando nascer o meu filho terei direito ao subsídio parental inicial?

R: Não terá direito ao subsídio parental inicial porque não tem prazo de garantia. Apenas pode ter direito ao subsídio social parental se satisfizer a condição de recursos.

9. Estive de licença parental, tenho direito a receber prestações compensatórias dos subsídios de Natal e de férias pagas pela Segurança Social?

R: Sim, desde que a entidade empregadora não tenha pago nem esteja obrigada a pagar esses subsídios, no todo ou em parte, por ter estado de licença parental.

10. Os valores que recebo da Segurança Social a título de licença parental devem ser declarados para efeitos de IRS?

R: Não. Presentemente, os valores recebidos a título de licença parental não são declarados para IRS.

11. Exemplos de gozo do acréscimo de 30 dias ao subsídio parental inicial, nos casos de partilha da licença (120 + 30) e (150 + 30)

O período de 30 dias de acréscimo é sempre o último da licença, quer seja gozado apenas por um dos pais ou partilhado por ambos.

42 dias	78 dias		30 dias	= 150		
Mãe	Mãe		Pai			
42 dias	78 dias		30 dias	= 150		
Mãe	Pai		Mãe			
42 dias	48 dias	30 dias	10 dias	20 dias	= 150	
Mãe	Mãe	Pai	Pai	Mãe		
42 dias	63 dias	15 dias	15 dias	15 dias	= 150	
Mãe	Pai	Mãe	Mãe	Pai		
42 dias	33 dias	15 dias	45 dias	15 dias	30 dias	= 180
Mãe	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	
42 dias	53 dias	15 dias	40 dias	15 dias	15 dias	= 180
Mãe	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	
42 dias	108 dias		30 dias	= 180		
Mãe	Mãe		Pai			
42 dias	108 dias		30 dias	= 180		
Mãe	Pai		Mãe			

12. O gozo, em simultâneo, do período da licença parental inicial entre os 120 e os 150 dias aplica-se apenas às licenças com partilha ou também às licenças sem partilha?

R: O gozo em simultâneo do período entre os 120 e os 150 dias da licença parental inicial implica que haja sempre partilha da licença.

Assim, o período de 30 dias que pode ser gozado em simultâneo é dividido, na totalidade ou em parte, por ambos os progenitores.

Exemplo: Os progenitores optaram pela licença de 150 dias. A mãe gozou 120 dias e os últimos 30 dias foram gozados por ambos em simultâneo, o que dá 15 dias a cada um. Se a mãe tivesse gozado 148 dias, podiam gozar os últimos 2 dias da licença em simultâneo, o que dá 1 dia a cada um.

Assim, os progenitores podem gozar, em simultâneo, no máximo 15 dias cada um e no mínimo 1 dia cada um.

13. No caso de nascimento de um prematuro, quando é que se deve pedir o subsídio parental inicial?

R: Em termos de segurança social, o nascimento de uma de criança prematura não altera os direitos dos progenitores/beneficiários.

Logo, nas situações de nascimento de criança prematura, o subsídio parental inicial pode ser pedido no prazo de 6 meses a contar do primeiro dia de impedimento para o trabalho.

Os pais trabalhadores, em caso de partilha da licença parental inicial, devem comunicar às respetivas entidades empregadoras, até sete dias após o parto, o início e termo dos períodos a gozar por cada um, entregando declaração conjunta. Se a licença for gozada apenas por um deles, o que a gozar deve informar o respetivo empregador, até sete dias após o parto, da duração da licença e do início do respetivo período, juntando declaração do outro progenitor da qual conste que o mesmo exerce atividade profissional e que não goza a licença parental inicial.

14. No caso de internamento de um prematuro, os pais podem pedir a suspensão da licença parental inicial de 120 ou 150 dias?

R: Não. A partir de 01-04-2020, nas situações em que o parto ocorra até às 33 semanas inclusive, aos períodos de licença parental escolhidos pelos progenitores (120, 150) assim como nos casos de acréscimo de 30 dias por licença partilhada ou por nascimentos múltiplos (120 + 30 ou 150 + 30) acresce todo o período de internamento da criança, bem como 30 dias após alta hospitalar.

Exemplo: Uma criança nasceu prematuramente em 01-04-2020 às 33 semanas de gestação.

Por recomendação médica teve de ficar internada até 15-05-2020.

Caso o período de licença parental inicial escolhido pelos pais tenha sido de 150 dias (sem partilha), a este período soma-se todo o período de internamento da criança (45 dias) mais 30 dias após alta hospitalar), ou seja, nesta situação, a licença parental inicial terá uma duração de 225 dias (01-04-2020 a 11-11-2020).

15. No caso de internamento de um prematuro, o pai pode pedir a suspensão da licença parental inicial exclusiva de 20 dias úteis e dos 5 dias úteis facultativos?

R: Não. A licença parental inicial exclusiva do pai de 20 dias úteis não se suspende por internamento da criança, pelo que o pai deve gozar os primeiros 5 dias úteis imediatamente a seguir ao nascimento da criança e os restantes 15 dias úteis têm de ser gozados nas seis semanas (42 dias) após o nascimento, podendo ser seguidos ou não.

Como o pai pode ainda, facultativamente, gozar mais 5 dias úteis de licença parental inicial exclusiva, podem estes dias ser gozados, de modo seguido ou interpolado, em simultâneo com o gozo da licença

parental inicial por parte da mãe.

16. A mãe é trabalhadora, mas o pai não exerce qualquer atividade profissional. Em caso de doença ou internamento da criança a mãe pode faltar ao trabalho para dar assistência ao filho e ter direito ao subsídio para assistência a filho?

R: A concessão do subsídio para assistência a filho depende de o outro progenitor ter atividade profissional e não exercer o direito ao respetivo subsídio pelo mesmo motivo.

Assim, se o pai não exercer qualquer atividade profissional e não estiver impedido de prestar assistência ao filho, a mãe se faltar ao trabalho não tem direito ao subsídio para assistência a filho. **(Ver outros exemplos no guia prático do subsídio para assistência a filho)**

17. No caso de nascerem gémeos ou trigémeos, que direitos têm os progenitores?

R: A licença de 120 ou de 150 dias, consoante a opção, é acrescida de mais 30 dias por cada gémeo além do primeiro.

O subsídio relativo ao acréscimo de 30 dias por cada gémeo além do primeiro é sempre pago a 100% da remuneração de referência, ainda que os pais tenham optado pela licença de 150 dias que é paga a 80% da remuneração de referência ou pela licença de 180 dias (150+30 dias de acréscimo por partilha) que é paga a 83% da remuneração de referência.

Em caso de nascimento de gémeos, a licença parental inicial exclusiva do pai de 20 dias úteis, de gozo obrigatório, é acrescida de dois dias úteis por cada gémeo além do primeiro e a licença parental inicial exclusiva do pai de 5 dias úteis, de gozo facultativo, também é acrescida de dois dias úteis por cada gémeo além do primeiro.